

BIOMM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Biommm S.A. (“Biommm” ou “Companhia”) é uma companhia de biotecnologia que detém tecnologia de produção de insulina pelo processo de DNA recombinante. Caracteriza-se pelo uso de microrganismos em contraste com os processos puramente químicos. Possui um processo de produção de proteínas terapêuticas, utilizadas na produção de medicamentos, os biofármacos. A Companhia foi fundada em 2001, através da cisão parcial da BIOBRÁS SA, à época, a maior produtora brasileira de insulinas. A Companhia é uma sociedade anônima, com sede na Praça Carlos Chagas, 49 - 8º andar - Santo Agostinho, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e possui ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (“BM&F BOVESPA”) sob o código BIOM3.

No dia 2 de setembro de 2013, foi efetivada a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial e a implementação da reforma integral do Estatuto Social da Companhia, com o objetivo de (i) adaptá-lo às determinações do Regulamento do Bovespa Mais da BM&FBOVESPA; (ii) refletir a extinção das ações preferenciais da Companhia e a consequente alteração do número de ações ordinárias; (iii) atualizar a redação do Estatuto Social da Companhia com vistas à adoção de melhores práticas de governança corporativa; e (iv) estabelecer capital autorizado para emissão de novas ações ordinárias da Companhia em até o limite de R\$200 milhões de reais.

Em 19 de setembro de 2013, os controladores à época da Companhia celebraram o Contrato de Subscrição de Ações e Outras Avenças com, IBR L.P. (sociedade controlada pelo fundo TMG II PE Fund L.P., denominado “IBR”), BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. (“BNDESPAR”), BDMGTEC PARTICIPAÇÃO S.A. (“BDMGTEC”), que prevê, entre outras disposições, o investimento na Companhia por tais entidades (“Contrato de Subscrição”).

O Contrato de Subscrição tem por objeto, entre outros, e com vistas ao projeto de implantação da unidade industrial biofarmacêutica da Companhia em Nova Lima – Minas Gerais (“Projeto”), o investimento e subscrição de participação acionária, na Companhia, pelo BNDESPAR, pelo BDMGTEC, pela IBR e pelos atuais controladores da Companhia.

A Companhia concluiu o processo de capitalização entre novembro de 2013 e janeiro de 2014, com: (i) a subscrição e integralização de 12.551.076 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$11,53 por ação, totalizando R\$144.714 durante o prazo para exercício do direito de preferência no âmbito do aumento de capital, que se iniciou em 22 de novembro de 2013, inclusive, e se encerrou no dia 21 de dezembro de 2013; (ii) a subscrição e integralização das sobras de ações não

subscritas no referido prazo para exercício do direito de preferência, ocorreu com a subscrição de 937.412 (novecentos e trinta e sete mil quatrocentos e doze) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, totalizando R\$10.808 durante o prazo para a subscrição de sobras, que se iniciou em 31 de dezembro de 2013, e se encerrou no dia 4 de janeiro de 2014, inclusive, e (iii) o decurso do período de retratação concedido aos subscritores no âmbito do aumento de capital, entre o dia 10 de janeiro de 2014, e o dia 20 de janeiro de 2014, sem qualquer exercício do direito de retratação pelos subscritores. O volume total das subscrições foi de 13.488.488 (treze milhões quatrocentos e oitenta e oito mil quatrocentos e oitenta e oito) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, no valor total de R\$155.522 representando 77,76% do montante máximo do aumento de capital aprovado, tendo sido subscrito e integralizado, portanto, o número mínimo de ações necessário para que o Conselho de Administração homologue o aumento de capital, conforme informado nos Avisos aos Acionistas divulgados em 21 de novembro de 2013, 30 de dezembro de 2013 e 10 de janeiro de 2014. A companhia encerrou o processo total de captação de recursos com o montante de 30.827.321 (trinta milhões oitocentos e vinte e sete mil trezentos e vinte e um) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2013, o quadro de acionistas da Companhia estava sofrendo alterações devido ao processo de capitalização iniciado no mês em questão. No dia 30 de janeiro de 2014, foi homologado o aumento de capital sendo confirmado o quadro de acionistas da Companhia. Os principais acionistas da Companhia são o Grupo TMG (i.e., IBR e outros) (21,66% das ações), Grupo Mares Guia (17,61% das ações), Grupo Emrich (9,93% das ações), BNDESPAR (13,99% das ações), BDMGTEC (8,13% das ações), FAMA Investimentos (4,83% das ações), Grupo Gaetani (5,34% das ações), os acionistas remanescentes somam 18,51% das ações.

A Companhia possui participação nas seguintes empresas:

Empresas	% de participação	% do capital votante	Localização da sede
Biommm International Inc	100,00	100,00	Ilhas Virgens Britânicas
Biommm Middle East Inc (*)	100,00	100,00	Ilhas Virgens Britânicas
Biommm Russia (*)	100,00	100,00	Ilhas Virgens Britânicas
Gabas Developing Biotechnology Holding Company (*)	49,00	49,00	Arábia Saudita

(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da controlada.

Em 29 de abril de 2003, foi constituída a empresa Biommm International Inc. (“Biommm International”), com sede na cidade de Road Town, Tortola, capital do território das Ilhas Virgens Britânicas. A Companhia subscreveu a totalidade das ações da Biommm International; contudo não houve integralização destas ações, correspondentes a US\$50.000,00, conforme permitido pela legislação daquele país.

Em agosto de 2003, foi firmado um contrato de licenciamento entre a Companhia e a Biommm International, no qual a Companhia concedeu à Biommm International uma licença exclusiva para exploração e administração mundial dos direitos de propriedade intelectual relacionados à tecnologia desenvolvida para a produção de insulina recombinante. A Biommm International é responsável pelos recebimentos e pagamentos dos valores envolvendo as operações de licenciamento da tecnologia de produção de cristais de insulina de clientes fora do Brasil, bem como o registro das respectivas receitas e despesas inerentes ao processo de licenciamento.

Em 2005, foram constituídas duas subsidiárias integrais da Biommm International, Biommm Middle East Inc (“Biommm ME”) e Biommm Rússia Ltd. (“Biommm Rússia”), com sede também na cidade de Road Town. A Biommm Internacional subscreveu a totalidade das ações, correspondentes a US\$50.000,00 das novas empresas, conforme permitido pela legislação daquele país. Ambas as empresas foram constituídas para facilitar a negociação dos contratos internacionais. A Biommm Middle East está diretamente ligada ao projeto da Arábia Saudita, descrito mais adiante, e a Biommm Rússia, encontra-se sem atividade operacional.

Em 14 de junho de 2008, foi constituída a “*joint venture*” denominada Gabas Global Company for Biotechnology Ltd (“JV GABAS”), através da controlada indireta Biommm ME, com a empresa árabe Gabas Developing Biotechnology Holding Company (“GABAS HOLDING”). A JV GABAS permanecerá em vigor até dezembro de 2017, automaticamente renovado por mais 12 anos. A moeda funcional da JV GABAS é o Rial Saudita (“SR”).

Atualmente, a Companhia está dedicada a dois projetos:

- (a) Implantação da unidade de produção de insulinas e outras proteínas recombinantes em Nova Lima – Minas Gerais.

Em 2013, a Companhia iniciou a implantação da unidade de Produção de insulinas e outras proteínas recombinantes em Nova Lima – Minas Gerais, tendo ocorrido os seguintes eventos:

- Assinatura do Memorando de Entendimento com a Fundação Osvaldo Cruz - Fiocruz para cooperação tecnológica na área de produção biofarmacêutica;
- Assinatura do protocolo de intenções com órgãos da administração direta e outras instituições do Estado de Minas Gerais: Secretaria de Estado da Fazenda, Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais - INDI, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG, Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, visando a implantação do empreendimento e primeiro termo aditivo;
- Contratação de serviços de importante consórcio europeu para o projeto básico de engenharia e serviços regulatórios altamente especializados;
- Contratação de serviços de renomada empresa alemã para a produção de amostras em condições de Boas Práticas de Fabricação (CMO – Contract Manufacturer Organization) para serem usadas em testes pré-clínicos e clínicos. Estas informações serão submetidas posteriormente à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, responsável pela emissão do registro do medicamento, condição necessária para a sua comercialização.
- Compra do terreno em Nova Lima – Minas Gerais onde se implantará a unidade biofarmacêutica e início dos trabalhos de engenharia;
- Obtenção da Licença Prévia Ambiental – Certificado LP No. 301/2012 – SUPRAN CM emitida em 17 de dezembro de 2012 pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD do Estado de Minas Gerais válida até 17 de dezembro de 2016;

- Obtenção da Licença de Instalação – Certificado LP No. 102/2013 – SUPRAN CM emitida em 25 de junho de 2013 pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD do Estado de Minas Gerais válida até 25 de junho de 2017;
- Aumento de capital mediante a emissão de novas ações, viabilizando a entrada do Grupo TMG, BNDESPAR e BDMGTEC como acionistas da Companhia;
- Celebração dos seguintes contratos de empréstimos e financiamentos:
 - Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de R\$ 73.556;
 - Contrato de Financiamento mediante Repasse Indireto de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES, celebrado com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, no valor de R\$26.103;
 - Contrato de Financiamento mediante repasse de recursos originários da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, no valor de R\$30.000, celebrado com o BDMG na qualidade de mandatário da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG; e
 - Contrato de Financiamento celebrada com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de até R\$ 70.437.

Em 31 de dezembro de 2013, os resultados dos trabalhos e testes realizados pelo fornecedor estrangeiro para a produção de amostras em condições de Boas Práticas de Fabricação para serem usadas em testes pré-clínicos e clínicos apresentam resultados que atendem as especificações da USP (Unites States Phamacopeia) e PH EUR (European Union Phamacopeia).

A Administração estima que a unidade de produção de insulinas e outras proteínas recombinantes em Nova Lima – Minas Gerais entrará em operação em 2016.

(b) Implantação da unidade de produção de insulinas e outras proteínas recombinantes em Jeddah – Arábia Saudita, mediante a transferência de tecnologia de produção de insulina recombinante viabilizado através da assessoria na implantação da planta de produção de insulinas humanas recombinantes.

A Companhia está engajada na implantação da unidade de produção de insulinas e outras proteínas recombinantes em Jeddah – Arábia Saudita através da “*joint venture*” denominada Gabas Global Company for Biotechnology Ltd (“JV GABAS”), controlada em conjunto pela Biommm ME e pela empresa árabe GABAS HOLDING.

A JV GABAS é uma empresa limitada constituída e organizada segundo as regras da Arábia Saudita sob o Registro Comercial No. 4030180020 obtido em 14 de junho de 2008. Em 16 de junho de 2007, a JV GABAS obteve o Registro de Investimento de Capital Estrangeiro No. 2800003119 junto a Autoridade de Investimentos Gerais da Arábia Saudita.

A JV GABAS pretende implantar uma unidade industrial de produção de insulina humana recombinante na Arábia Saudita, usando a tecnologia de produção licenciada pela Biommm International, para atender à demanda da região em torno daquele país. O contrato de licenciamento e assessoria técnica firmado entre a Biommm International e a JV GABAS totaliza US\$20.000, dos quais US\$7.800 foram recebidos pela

controladora até 31 de dezembro de 2013.

A JV tem o capital inicial de SRA45.000 mil (SRA = Rial Saudita; US\$ 1 equivalente a SRA3,7508 em 31 de dezembro de 2013 e 3,7509 em 31 de dezembro de 2012), sendo que GABAS HOLDING subscreveu ações que equivalem a 51% do capital total e a Biommm ME 49%. Apesar da GABAS HOLDING possuir 51% do capital da JV, o seu estatuto social assegura que nenhum dos acionistas exercerá, individualmente, preponderância nas deliberações sociais.

Como parte dos entendimentos entre os acionistas da JV GABAS, os seguintes aspectos deverão ser observados durante o prazo da “joint venture”:

- (i) A integralização do capital inicial atribuído à Biommm ME será totalmente financiada pelo acionista GABAS HOLDING.
- (ii) Apesar da participação inicial da GABAS HOLDING ser de 51% do capital total e da Biommm ME de 49% do capital total, a GABAS HOLDING tem uma opção de compra (“call option”) de 34% da participação da BIOMMM ME na JV GABAS. Esta opção de compra (“call option”), instrumento financeiro derivativo entre os acionistas da JV GABAS, não foi exercido até a presente data.
- (iii) Previsão de posterior aumento do capital inicial em mais SRA45.000 mil, passando a JV GABAS a ter um capital social total de SRA90.000 mil.
- (iv) O exercício da opção de compra (“call option”), por parte da GABAS HOLDING, da compra de 34% do capital social da JV GABAS, implicará no cancelamento automático do financiamento concedido mencionado em (i) acima.
- (v) Os princípios gerais que orientam a atuação da GABAS HOLDING e da Biommm ME como acionistas da JV GABAS estão definidos e formalizados em acordo de acionistas assinado em junho de 2008.

A Administração da Companhia entende que a JV GABAS possui todas as licenças necessárias para a implantação da unidade de produção, sendo as principais:

- 14 de junho de 2008: Registro perante a Câmara de Indústria e Comércio de Jeddah
- 14 de Junho de 2008: Registro perante o Ministério do Comércio da Arábia Saudita
- 1 de julho de 2009: Aprovação preliminar do Ministério da Saúde de Jeddah
- 14 de agosto de 2010: Carta da Presidência de Meteorologia e Meio Ambiente
- 10 de novembro de 2010: Licença da Presidência de Meteorologia e Meio Ambiente (para a construção da fábrica)
- 25 de janeiro de 2011: Licença da Autoridade de Saúde e Alimentos Saudita – SFDA
- 18 de maio de 2011: Permissão do Município de Bahrah

As principais atividades da JV GABAS serão a produção de insulina de acordo com a licença emitida pela Autoridade de Investimentos Gerais da Arábia Saudita No. 2800003119 em 16 de junho de 2007 e a venda dos seus produtos.

Considerando a sinergia entre a implantação da unidade de produção em Nova Lima – Minas Gerais e a implantação da unidade de produção em Jeddah – Arábia Saudita, em especial a possibilidade de utilização dos resultados dos trabalhos e testes realizados pelo fornecedor estrangeiro para a produção de amostras em

condições de Boas Práticas de Fabricação para serem usadas em testes pré-clínicos e clínicos do projeto de Nova Lima – Minas Gerais e serviços de fornecedores estrangeiros para o projeto básico de engenharia, a Companhia e o GRUPO GABAS retomaram as iniciativas do projeto de Jeddah – Arábia Saudita, que permaneceu dormente nos últimos anos. Desta forma, o GRUPO GABAS contratou, em Março de 2013 empresa do Reino Unido para elaborar um estudo de viabilidade da unidade de produção, concluindo pela viabilidade financeira do projeto, e, em Junho de 2013, o mesmo consórcio europeu contratado pela Biomm SA para elaborar a proposta conceitual e desenhos básicos da unidade de produção de Jeddah – Arabia Saudita.

Em 10 de novembro de 2013, a BIOMM ME e o GRUPO GABAS, através das empresas Gabas Advanced Biotechnology Holding Company (“GABAS ADVANCED”) e GABAS HOLDING, celebraram um acordo no qual ampliaram a capacidade de produção de insulinas, de forma que o custo total de implantação da unidade de produção de Jeddah – Arabia Saudita passou a ser de USD140 milhões. O acordo estabelece que o custo total de implantação de USD 140 milhões será estruturado mediante o aporte de capital de 35% e mediante a obtenção de financiamentos de 65%. O Aporte de capital de 35% será exclusivamente realizado pela GABAS ADVANCED e a BIOMM ME não arcará com nenhum custo e nem será garantidora de qualquer financiamento. Este acordo tem validade até 10 de novembro de 2014. O GRUPO GABAS será responsável por obter as licenças necessárias perante as autoridades da Arábia Saudita. Adicionalmente, a JV GABAS permanecerá em vigor até dezembro de 2017, automaticamente renovado por mais 12 anos.

Neste contexto, e para viabilizar a obtenção das licenças necessárias perante as autoridades da Arábia Saudita, em 7 de março de 2014, a BIOMM outorgou para o Sr. Mohamad Omar Bagabas, saudita, residente e domiciliado na Arábia Saudita; poderes necessários para aprovar individualmente em nome da outorgante todos os atos e medidas que se façam necessários à GABAS para: (i) registrar os atos constitutivos da FABAS em Cartório; (ii) registrar GABAS no registro de empresas do Ministério da Indústria e do Comércio e no Registro de Empresas competente; (iii) pagar toda e qualquer taxa e encargo imputáveis à GABAS; (iv) receber licenças, autorizações, registros e certificados dos órgãos públicos competentes; (v) representar GABAS perante todo e qualquer órgão público e governamental, departamentos e/ou agências, incluindo, mas sem se limitar, Ministérios, Embaixadas, Emirados, a Autoridade de Investimentos da Arábia Saudita (Saudi Arabian General Investment Authority – SAGIA), o Departamento de Receita de Zakat (Zakat Department of Revenue and Income), Câmara de Comércio, Registro de Empresas e Municípios, exclusivamente para executar os atos contemplados nos itens (i) a (iii) acima; (vi) celebrar todo e qualquer documento público ou privado, instrumentos, requerimentos, registros, inscrições e declarações, exclusivamente para executar os atos contemplados nos itens (i) a (iii) acima; e (vii) promover todo e qualquer ato necessário ao fiel cumprimento dos poderes aqui concedidos. O instrumento de procuração poderá ser revogado a qualquer momento pela BIOMM, a seu exclusivo critério. O Sr. Mohamad Omar Bagabas neste ato se obrigou a indenizar e isentar os administradores da BIOMM de qualquer perda, dano, responsabilidade, ações judiciais, demandas, despesas e custos de qualquer natureza que surjam de atos praticados pelo outorgado não autorizados pelo presente instrumento. O presente instrumento de procuração será válido por 1 (um) ano. A Administração da BIOMM entende que, uma vez de posse, da procuração, não existirão impedimentos para a obtenção das novas licenças.

A BIOMM ME e a GABAS HOLDING estão discutindo o cronograma de implantação. A Administração da BIOMM entende que as licenças da JV GABAS, referente ao projeto, serão obtidas em 2014.

Considerando os fatos novos ocorridos ao longo de 2013, em especial no final do ano, a Companhia reverteu em 2013 à provisão para perdas referente ao ativo intangível existente na JV GABAS no montante de R\$3.871, registrado contra a equivalência patrimonial e realização de lucro no ativo, ambos apresentados na demonstração de resultado.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava excesso de passivos sobre ativos de R\$21.994, excesso de passivo circulante sobre ativo circulante consolidados de R\$14.897 e prejuízo de R\$14.140 em 2012 em função de encontrar-se em fase pré-operacional.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia, ainda em fase pré-operacional, apresentava patrimônio líquido de R\$108.936, excesso de ativo circulante sobre passivo circulante consolidados de R\$84.561 e prejuízo de R\$10.059 em 2013, substancialmente decorrente do aporte de capital de R\$144.714 ocorrida em dezembro de 2013. Adicionalmente, a Companhia possui linhas de crédito pré-aprovadas no montante de R\$200 milhões, dos quais R\$45 milhões foram recebidos até a data de emissão deste relatório.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.2. Base de Elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

A Companhia avaliou eventos subsequentes até 27 de março de 2014, data em que as demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real (“BRL” ou “R\$”). As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. As diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no resultado abrangente.

As cotações das principais moedas que impactam nossas operações são:

Cotações utilizadas para conversões em reais		
Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2013	2012
Dólar Norte-Americano ("US\$")	2,3426	2,0435
Euro ("EUR" ou "€")	3,2265	2,6954
Rial Arábia Saudita	0,6246	0,5449

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativa e adote premissas no seu melhor julgamento e baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas 11 e 12 - contabilização da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado e intangível;
- Nota explicativa 24 - valor justo de instrumentos financeiros;

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Exceto pelas mudanças destacadas abaixo, a Companhia tem aplicado consistentemente as políticas contábeis descritas na nota explicativa 4 a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia elaborou suas demonstrações contábeis em IFRS, com base nos pronunciamentos emitidos do CPC e aprovados pela CVM e o CFC. Os pronunciamentos emitidos pelo IASB, com adoção exigida para exercícios findos após 31 de dezembro de 2013 e ainda não emitidos pelo CPC não serão adotados antecipadamente.

A Companhia adotou os seguintes novos pronunciamentos e revisões a pronunciamentos, incluindo qualquer revisão ocorrida como consequência em outros pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2013.

- CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto (equivalente a IFRS 11);
- CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas (equivalente à IFRS 10);
- CPC 45 - Divulgação de participações em outras entidades (equivalente à IFRS 12)

A natureza e os efeitos das mudanças estão explicados abaixo.

Como resultado das modificações ao CPC 19 (R2) / IFRS 11, CPC 36 (R3) / IFRS 10 e CPC 45 / IFRS 12 a Companhia alterou sua política contábil de contabilização de seus investimentos em negócios em conjunto. De acordo com os CPCs mencionados acima, a Companhia classificou seus investimentos em empreendimentos controlados em conjunto. Ao realizar essa avaliação, a Companhia considerou que deveria alterar suas práticas contábeis de consolidação dos resultados da controlada, deixando de realizar a consolidação por linha do balanço e aplicando o método da equivalência patrimonial para seus empreendimentos controlados em conjunto.

Em decorrência da aplicação dos novos pronunciamentos listados acima, as demonstrações financeiras comparativas foram ajustadas, para fins de comparabilidade. Os quadros abaixo demonstram os efeitos retroativos:

Consolidado de 31 de dezembro de 2011:

	Emitido anteriormente	Ajustes	Reapresentado
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	2.679	(1)	2.678
Impostos a recuperar	155	-	155
Despesas antecipadas	500	(500)	-
Outros ativos	62	500	562
Total do ativo circulante	<u>3.396</u>	<u>(1)</u>	<u>3.395</u>
NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar	73	-	73
Investimentos	-	6.942	6.942
Imobilizado	5.634	(4.902)	732
Intangível	3.447	(3.287)	160
Total do ativo não circulante	<u>9.154</u>	<u>(1.247)</u>	<u>7.907</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>12.550</u>	<u>(1.248)</u>	<u>11.302</u>
PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	1.194	(15)	1.179
Empréstimos e financiamentos	5.882	-	5.882
Impostos a recolher	671	(130)	541
Salários e encargos sociais	861	-	861
Partes relacionadas	249	-	249
Total do passivo circulante	<u>8.857</u>	<u>(145)</u>	<u>8.712</u>
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	11.030	-	11.030
Outras contas a pagar	1.421	(1.103)	318
Total do passivo não circulante	<u>12.451</u>	<u>(1.103)</u>	<u>11.348</u>
PASSIVO A DESCOBERTO			
Capital social	13.050	-	13.050
Reserva de capital	17.972	-	17.972
Ajuste Acumulado de Conversão	1.156	-	1.156
Prejuízos acumulados	(40.936)	-	(40.936)
Total do passivo a descoberto	<u>(8.758)</u>	<u>-</u>	<u>(8.758)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	<u>12.550</u>	<u>(1.248)</u>	<u>11.302</u>

Consolidado de 31 de dezembro de 2012:

	Emitido anteriormente	Ajustes	Reapresentado
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	547	(1)	546
Impostos a recuperar	207	-	207
Despesas antecipadas	500	-	500
Outros ativos	60	-	60
Total do ativo circulante	<u>1.314</u>	<u>(1)</u>	<u>1.313</u>
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos	-	4.022	4.022
Imobilizado	6.854	(5.340)	1.514
Intangível	160	-	160
Total do ativo não circulante	<u>7.014</u>	<u>(1.318)</u>	<u>5.696</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>8.328</u>	<u>(1.319)</u>	<u>7.009</u>
PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	2.135	(22)	2.113
Empréstimos e financiamentos	12.966	-	12.966
Impostos a recolher	383	(194)	189
Salários e encargos sociais	943	-	943
Total do passivo circulante	<u>16.427</u>	<u>(216)</u>	<u>16.211</u>
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	12.015	-	12.015
Outras contas a pagar	1.881	(1.103)	778
Total do passivo não circulante	<u>13.896</u>	<u>(1.103)</u>	<u>12.793</u>
PASSIVO A DESCOBERTO			
Capital social	13.050	-	13.050
Reserva de capital	17.972	-	17.972
Ajuste Acumulado de Conversão	2.059	-	2.059
Prejuízos acumulados	(55.076)	-	(55.076)
Total do passivo a descoberto	<u>(21.995)</u>	<u>-</u>	<u>(21.995)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	<u>8.328</u>	<u>(1.319)</u>	<u>7.009</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	01/01/2012 a 31/12/2012		
	Emitido		
	anteriormente	Ajustes	Reapresentado
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	(7.739)	27	(7.712)
Outras despesas e ou receitas	(7.337)	7.111	(226)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(7.138)	(7.138)
Realização do lucro no ativo	3.240	-	3.240
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(11.836)	-	(11.836)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	732	-	732
Despesas financeiras	(3.036)	-	(3.036)
Despesas/Receitas Financeiras Líquidas	(2.304)	-	(2.304)
PREJUÍZO OPERACIONAL DO PERÍODO	(14.140)	-	(14.140)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	01/01/2012 a 31/12/2012		
	Emitido anteriormente	Ajustes	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício	(14.140)	-	(14.140)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:	-	-	-
Depreciação	133	-	133
Resultado de equivalência patrimonial	-	7.138	7.138
Realização do lucro no ativo	(3.240)	-	(3.240)
Juros provisionados	1.071	-	1.071
Variações cambiais, líquidas	812	173	985
Provisão para impairment	7.111	(7.111)	-
	(8.253)	200	(8.053)
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
(Aumento)/diminuição de créditos com partes relacionadas	-	-	-
(Aumento)/diminuição de outros ativos	50	49	99
Aumento/(diminuição) de fornecedores	941	(24)	917
Aumento/(diminuição) de salários e encargos	82	-	82
Aumento/(diminuição) de outros passivos	77	(349)	(272)
	1.150	(324)	826
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(7.103)	(124)	(7.227)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	(915)	-	(915)
Aquisição de intangível	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(915)	-	(915)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Obtenção de empréstimos	7.161	-	7.161
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(1.148)	-	(1.148)
CAIXA PROVENIENTE DE (USADO EM) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	6.013	-	6.013
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.005)	(124)	(2.129)
Variação cambial sobre caixa	(127)	124	(3)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.679	(1)	2.678
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	547	(1)	546
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.005)	(124)	(2.129)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Emitido anteriormente	Ajustes	Reapresentado
RECEITAS	-		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços			
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(11.107)	7.138	(3.969)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.107)	7.138	(3.969)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(11.107)	7.138	(3.969)
Depreciação e amortização	(133)	-	(133)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(11.240)	7.138	(4.102)
Valor adicionado recebido em transferência	3.972	(7.138)	(3.392)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(7.138)	(7.138)
Receitas financeiras	732	-	732
Taxas Tributárias	-	-	(226)
Outros	3.240	-	3.240
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO TOTAL A DISTRIBUIR	(7.268)	(226)	(7.494)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(7.268)	(226)	(7.494)
Pessoal	3.017	-	3.017
Impostos, taxas e contribuições	819	(226)	593
Remuneração de capitais de terceiros:	3.036	-	3.036
Juros	3.036	-	3.036
Remuneração de capitais próprios:	(14.140)	-	(14.140)
Prejuízo do exercício	(14.140)	-	(14.140)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Exceto pelas mudanças mencionadas na nota explicativa 3, a Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(a) Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas descritas na nota explicativa 2.1 e abrangem as demonstrações financeiras da controladora e, das controladas sediadas no exterior, cujas demonstrações financeiras foram elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora e reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais da Companhia pelo método da equivalência patrimonial.

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

As controladas diretas e indiretas da Companhia incluídas na consolidação estão relacionadas na nota explicativa 10 - Investimentos.

A Companhia apresenta sua participação em empresa com controle compartilhado, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de equivalência patrimonial. A controlada em conjunto e suas principais informações financeiras estão relacionadas na nota explicativa 10.

Quando uma empresa da Companhia realiza transações com sua controlada em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida dos lucros ou prejuízos auferidos com terceiros.

(b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receitas de juros;
- Despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

(c) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio histórica. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

(d) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago proporcional ao tempo de prestação de serviço do empregado. A obrigação deve ser estimada de maneira confiável.

Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível.

(e) Imposto de renda e contribuição social – (Controladora)

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia não registrou o imposto de renda diferido ativo decorrente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social em função de não apresentar histórico de lucratividade nos últimos anos.

(f) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

(g) Ativos intangíveis

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Biommm e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(h) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

➤ *Ativos financeiros*

Os ativos financeiros são classificados no momento de seu reconhecimento inicial em uma das quatro categorias a seguir: (i) pelo valor justo por meio de resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação do ativo financeiro em uma das quatro categorias de ativos financeiros depende de sua natureza e finalidade.

As aplicações financeiras da Companhia são classificadas na categoria de empréstimos e recebíveis.

➤ *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados no momento de seu reconhecimento inicial em uma das duas categorias a seguir: (i) passivos financeiros a valor justo por meio do resultado; e (ii) outros passivos financeiros.

A Companhia não possui passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros da Companhia estão classificados como “outros passivos financeiros” e mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem os fornecedores, empréstimos, financiamentos e contratos de mútuo.

(i) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às

demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(j) Reconhecimento de receita

A Companhia usa o método de percentagem de conclusão (POC) para contabilizar os seus contratos de prestação de serviços acordados a preço fixo. O uso do método POC requer que a Companhia estime os serviços realizados até a data base do balanço, como uma proporção dos serviços totais contratados. No consolidado, a receita de serviços decorrente da transferência de tecnologia e assessoria técnica é reconhecida proporcionalmente à etapa do serviço prestado em relação ao orçamento total do contrato, tendo como base os custos incorridos.

Na controladora, a receita de Royalties é reconhecida quando do recebimento financeiro das parcelas referente ao contrato de transferência de tecnologia junto a JV, pela Biom International.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Diversas normas, emendas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, a saber:

- **IFRS 9 - Instrumentos financeiros (Financial Instruments)**

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Em novembro de 2013, o IASB adicionou os requerimentos de contabilidade de hedge. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2015. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas Demonstrações Financeiras.

- **IFRS 9 e IFRS 7 - Data mandatória efetiva e divulgações de transição (Mandatory Effective Date and Transition Disclosures - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7).**

Em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 9 e IFRS 7. A alteração da norma IFRS 9 aborda a prorrogação da data de adoção de 01/01/13 para 01/01/15. A alteração da norma IFRS 7 aborda aspectos relacionados à divulgação de informações sobre a transição da IAS 39 para a IFRS 9 e aspectos relacionados à rerepresentação de períodos comparativos na data de adoção da norma. A Companhia não espera ter impactos da adoção destas normas revisadas em suas Demonstrações Financeiras.

- **IAS 32 - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros (Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities - Amendments to IAS 32)**

Em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2014. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas Demonstrações Financeiras.

- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - Entidades de Investimento (Investment Entities)

Em outubro de 2012, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, as quais definem entidade de investimento e introduzem uma exceção para consolidação de controladas por entidade de investimentos, estabelecendo o tratamento contábil nestes casos. As alterações destas normas são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2014. A Companhia não espera ter impactos da adoção destas normas revisadas em suas Demonstrações Financeiras.

- IFRIC 21 - Impostos (Levies)

Em maio de 2013, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 21. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2014. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas Demonstrações Financeiras.

- IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Recoverable Amount Disclosures for Non-Financial Assets - Amendments to IAS 36)

Em maio de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 36. A alteração desta norma requer a divulgação das taxas de desconto que foram utilizadas na avaliação atual e anterior do valor recuperável dos ativos, se o montante recuperável do ativo deteriorado for baseado em uma técnica de avaliação a valor presente baseada no valor justo menos custo da baixa.

Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2014. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas Demonstrações Financeiras.

- IAS 39 - Mudanças em derivativos e continuidade da contabilidade de hedge (Novation of Derivatives and Continuation of Hedge Accounting - Amendments to IAS 39)

Em junho de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 39. A alteração desta norma tem o objetivo de esclarecer quando uma entidade é requerida a descontinuar um instrumento de hedge, em situações em que este instrumento expirar, for vendido, terminado ou exercido. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2014. A Companhia não espera ter impactos da adoção destas normas revisadas em suas Demonstrações Financeiras.

- IAS 19 - Plano de Benefício Definido: Contribuições dos Funcionários (Defined Benefit Plans: Employee Contributions)

Em novembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A alteração desta norma tem o objetivo de estabelecer aspectos relacionados ao reconhecimento das contribuições de empregados ou terceiros e seus impactos no custo do serviço e períodos de serviço. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2014. A Companhia não espera ter impactos da adoção destas normas revisadas em suas Demonstrações Financeiras.

- Melhoria anual das IFRS de dezembro de 2013 - Ciclo 2011-2013 (Annual Improvements to IFRSs 2011-2013 Cycle)

Em dezembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2014. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas Demonstrações Financeiras.

- Melhoria anual das IFRS de dezembro de 2013 - Ciclo 2010-2012 (Annual Improvements to IFRSs 2010-2012 Cycle)

Em dezembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2014. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas Demonstrações Financeiras.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória e que seus impactos nas Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia sejam os mesmos da adoção dos pronunciamentos do IASB descritos acima.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Caixa	15	5	15	11
Certificados de Depósitos Bancários	18.770	535	20.665	535
	<u>18.785</u>	<u>540</u>	<u>20.680</u>	<u>546</u>

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa e certificados de depósitos bancários com riscos insignificantes de alteração de valor, sendo parte em moeda corrente e parte em Reais indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário (“taxa DI” ou “CDI”), com prazo de vencimento inferior a três meses.

7. DEPÓSITOS BANCÁRIOS NO EXTERIOR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.13</u>	<u>31.12.12</u>	<u>31.12.13</u>	<u>31.12.12</u>
Depósitos Bancários no Exterior	<u>71.798</u>	<u>-</u>	<u>71.798</u>	<u>-</u>
	<u>71.798</u>	<u>-</u>	<u>71.798</u>	<u>-</u>

Os depósitos bancários no exterior foram convertidos na moeda funcional da Companhia, e são representados por disponibilidade em Dólares e Euros mantidos no exterior para futuros pagamentos de fornecedores estrangeiros para a implantação da unidade fabril de Nova Lima.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31.12.13</u>	<u>31.12.12</u>
Imposto de renda a recuperar	258	195
PIS e COFINS a recuperar	-	12
	<u>258</u>	<u>207</u>

9. DESPESAS ANTECIPADAS

Refere-se a gastos incorridos com a contratação de instituição financeira, para assessoria na busca de acionistas e/ou viabilização de financiamento, para a construção e operação da planta biofarmacêutica destinada à produção e comercialização de insulina e outras proteínas terapêuticas. Foram pagas comissões a instituição financeira que auxiliou a companhia na captação dos recursos de terceiros. Os valores foram reconhecidos pela Companhia como despesas antecipadas porque até o momento da elaboração das Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2013 ainda não tinham sido liberados os recursos. À medida que as liberações forem acontecendo, a Companhia reconhecerá os encargos financeiros efetivos dos empréstimos e financiamentos.

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31.12.13</u>	<u>31.12.12</u>
Despesas Antecipadas	1.820	500
	<u>1.820</u>	<u>500</u>

10. INVESTIMENTOS

(a) A composição dos investimentos é como segue:

	Participação no capital social	Patrimônio líquido		Investimentos		Resultado de equivalência	
		31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
<u>Controladas direta:</u>							
Biommm International	100%	1.146	1.474	1.146	1.474	(328)	(235)
Biommm Middle East	100%	(3)	(2)	(3)	(2)	(1)	-
Biommm Russia	100%	(3)	(2)	(3)	(2)	(1)	-
<u>Controlada em conjunto:</u>							
JV Gabas *	49%	25.825	8.069	9.732	4.020	7.082	(7.138)
				10.872	5.490	6.752	(7.373)

*Contempla o efeito da variação cambial de R\$318 em 31 de dezembro de 2013, R\$66 em 31 de dezembro de 2012.

(b) A movimentação dos investimentos é como segue:

	31.12.13	31.12.12
Saldo inicial	5.490	8.720
Integralização de capital	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	6.752	(7.373)
Realização do lucro no ativo	(3.240)	3.240
Ajuste acumulado de conversão	1.870	903
Saldo no final	<u>10.872</u>	<u>5.490</u>

Em 2012 devido a um contrato de transferência de tecnologia firmado com Gabas (JV) e os indícios da paralisação do projeto, pois o mesmo não apresentou movimentações financeiras entre 2011 e 2012, a Companhia realizou uma provisão de perda em seu resultado de 2012, de igual valor ao registrado no intangível em Gabas no mesmo ano.

A pouca atividade deste projeto em 2011 e 2012 ocorreu por conta de que o foco da Biommm S.A estava nesta ocasião voltado totalmente para viabilizar o projeto da implantação da unidade fabril em Nova Lima. Conforme mencionado na nota explicativa 1, o projeto da JV Gabas foi retomado no final de 2013 e a provisão revertida.

Os saldos totais das contas patrimoniais e de resultados das sociedades controladas e controladas sob controle compartilhado, considerados nas demonstrações financeiras consolidadas, podem ser assim sumarizados:

	<u>Biommm International</u>		<u>Biommm Middle East</u>		<u>Biommm Russia</u>		<u>JV Gabas *</u>	
	<u>31.12.13</u>	<u>31.12.12</u>	<u>31.12.13</u>	<u>31.12.12</u>	<u>31.12.13</u>	<u>31.12.12</u>	<u>31.12.13</u>	<u>31.12.12</u>
Balanco Patrimonial								
Ativo Circulante	1.895	7	-	-	-	-	3	2
Ativo não circulante e permanente	3.410	3.299	-	-	-	-	31.128	10.898
Total do Ativo	5.305	3.306	-	-	-	-	31.131	10.900
Passivo Circulante	709	1.274	-	-	-	-	612	443
Passivo não circulante	3.450	558	3	2	3	2	4.694	2.388
Patrimônio Líquido	1.146	1.474	(3)	(2)	(3)	(2)	25.825	8.069
Total Passivo	5.305	3.306	-	-	-	-	31.131	10.900
Resultado								
Receita líquida	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados	(281)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro bruto	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(223)	(296)	-	-	-	-	14.453	(14.567)
Outras despesas e ou receitas	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado financeiro	176	61	1	-	1	-	-	-
Prejuízo líquido	(328)	(235)	(1)	-	(1)	-	14.453	(14.567)

* Refere-se a 100% da JV Gabas

11. IMOBILIZADO

A composição do ativo imobilizado é como segue:

Controladora e Consolidado

	<u>31.12.13</u>		<u>31.12.12</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Instalações	94	(94)	-	-
Máquinas e Equipamentos.	2.341	(1.581)	760	411
Equipamentos de Proc. de Dados	188	(155)	33	26
Construções em andamento	11.249	-	11.249	850
Terrenos	3.165	-	3.165	-
Imobilizado no Exterior	715	(22)	693	-
Outros	354	(131)	223	227
	<u>18.106</u>	<u>(1.983)</u>	<u>16.123</u>	<u>1.514</u>

A rubrica construção em andamento no imobilizado, refere-se aos gastos da Companhia com os fornecedores prestadores de serviço para a unidade fabril em Nova Lima, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Controladora e Consolidado

	<u>31.12.12</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31.12.13</u>
Instalações	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos.	411	469	(120)	760
Equipamentos de Proc. de Dados	26	22	(15)	33
Construções em andamento	850	10.399	-	11.249
Terrenos	-	3.165	-	3.165
Imobilizado no Exterior	-	715	(22)	693
Outros	227	55	(59)	223
	<u>1.514</u>	<u>14.825</u>	<u>(216)</u>	<u>16.123</u>

	<u>31.12.11</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31.12.12</u>
Instalações	6	-	(6)	-
Máquinas e Equipamentos.	469	48	(106)	411
Equipamentos de Proc. de Dados	28	13	(15)	26
Construções em andamento	-	850	-	850
Outros	229	4	(6)	227
	<u>732</u>	<u>915</u>	<u>(133)</u>	<u>1.514</u>

Em 31 de dezembro de 2013, propriedades com valor contábil de R\$ 3.165 mil (equivalente ao valor do terreno adquirido para a construção da fábrica em Nova Lima) estão sujeitas a uma fiança registrada para garantir empréstimos bancários.

A despesa de depreciação no ano, no montante de R\$216, foi reconhecida no resultado na conta de "Despesas administrativas".

12. INTANGÍVEL (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

Segue a movimentação do intangível:

	<u>31.12.12</u>	<u>Adição</u>	<u>31.12.13</u>
Reapresentado			
Testes e Protótipos	-	17.261	17.261
Software	160	-	160
	<u>160</u>	<u>17.261</u>	<u>17.421</u>

O intangível da Companhia refere-se ao custo incorrido no projeto de produção de insulina na Arábia Saudita e em Nova Lima, representado, basicamente, pelos contratos de CMO (Contract Manufacturer Organization) pagos pela Companhia.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Características dos Empréstimos

Instituição Financeira	Modalidade	Data da Captação	Valor Captado	Indexador	Juros e Encargos	31.12.13	31.12.12
Itaú	Capital de Giro	30.11.2012	5.500	CDI	100% CDI + 4,00% a.a.	-	5.660
Itaú	Capital de Giro	06.03.2012	4.300	CDI	100% CDI + 4,00% a.a.	-	4.425
Itaú	Capital de Giro	30.11.2012	2.000	CDI	100% CDI + 4,00% a.a.	-	2.018
Itaú	Capital de Giro	14.10.2013	7.000	CDI	100% CDI + 2,95% a.a.	-	-
BDMG	Pesquisa e Desenvolvimento	13.07.2012	861	-	8,00% a.a.	1.851	863
BDMG	Capital de Giro	25.04.2013	20.000	CDI	100% CDI + 1,90% a.a.	-	-
						1.851	12.966

Os empréstimos detidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2012, em sua maioria, eram para financiar o capital de giro da Companhia e foram liquidados em 17 de Dezembro de 2013, com os recursos provenientes do aumento de capital, remanesecendo o saldo de R\$1.851. O valor total liquidado foi de R\$ 13.523 (principal acrescido de juros).

O Saldo dos empréstimos financeiros aberto, em 31.12.2013 é conforme segue:

Instituição	Contrato	Data de aquisição	Valor adquirido	Juros e Encargos	Saldo 31.12.12	Curto Prazo	Longo Prazo	Saldo 31.12.13
BDMG	Próinovação	13.07.2012	2.003	8% a.a.	863	529	1.322	1.851

Movimentações Empréstimos

Contrato	31.12.2012			Principal		Juros		31.12.2013		
	Circulante	Não Circulante	Saldo	Adições	Pagamentos	Adições	Pagamentos	Circulante	Não Circulante	Saldo
Itaú - 100111070033502	5.660	-	5.660	-	(5.700)	646	(606)	-	-	-
Itaú - 101112030002000	4.425	-	4.425	-	(4.457)	498	(466)	-	-	-
Itaú - 101112110013500	2.018	-	2.018	-	(2.000)	6	(24)	-	-	-
Itaú - 101113100005000	-	-	-	7.000	(7.000)	151	(151)	-	-	-
BDMG - 153530	863	-	863	1.139	(155)	119	(115)	529	1.322	1.851
BDMG - 163937	-	-	-	20.000	(20.000)	1.083	(1.083)	-	-	-
	12.966	-	12.966	28.139	(39.312)	2.503	(2.445)	529	1.322	1.851

Do total de R\$ 2.503 de juros o montante de R\$ 1.106 foi capitalizado no imobilizado e no intangível.

Linhas de créditos não utilizadas

A Companhia informa, que em continuidade às deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 20 de agosto de 2013, celebrou, na data de 19 de setembro de 2013, os seguintes contratos de financiamento também com vistas à implementação do Projeto:

a) Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de R\$ 73.557. Sobre o principal da dívida da BENEFICIÁRIA são devidos juros à taxa fixa de 3,5% (três vírgula cinco por cento) ao ano (a título de

remuneração). O montante dos juros será exigível trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2013 e 15 de outubro de 2017, e mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2017, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou liquidação deste Contrato, O principal da dívida decorrente deste Contrato deve ser pago ao BNDES em 96 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de novembro de 2017, comprometendo-se a BIOMM a liquidar com a última prestação, em 15 de outubro de 2025, todas as obrigações decorrentes deste Contrato.

b) Contrato de Financiamento mediante Repasse Indireto de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES, celebrado com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, no valor de R\$26.103. Às seguintes taxas: I - a serem cobrados ao BDMG pelo BNDES: 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao ano (a título de remuneração); e II - a serem cobrados à Biommm pelo BDMG: 3,5% (três vírgula cinco por cento) ao ano (a título de remuneração). O prazo de carência é de 48 meses, contados a partir do dia 15 imediatamente subsequente à data da formalização jurídica da operação, e encerrando-se em 15/10/2017. Durante o período de carência os juros serão exigidos trimestralmente. As amortizações serão em 96 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas.

c) Contrato de Financiamento mediante repasse de recursos originários da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, no valor de R\$30.000, celebrado com o BDMG na qualidade de mandatário da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. Sobre o valor total do crédito incidirão juros à taxa efetiva de 3,11% (três vírgula onze por cento) ao ano, calculados por dias corridos, com base na taxa equivalente diária (365 ou 366 dias), capitalizados mensalmente durante o período de carência. Referidos juros serão exigidos juntamente com as prestações de principal, nos respectivos vencimentos e na liquidação da dívida, exceto durante o período compreendido entre a liberação dos recursos e o vencimento da primeira prestação (período de carência), em que serão exigidos trimestralmente. O prazo de carência é de 48 meses, contados a partir do dia 15 subsequente à data da formalização jurídica da operação. A dívida será paga em 96 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15/11/2017 e a última em 15/10/2025, independentemente da emissão de aviso de cobrança.

d) Escritura Pública de Contrato de Financiamento celebrada com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de até R\$ 70.438, de acordo com os termos e condições previstos nos respectivos instrumentos. Sobre o principal da dívida incidirão, *pro rata tempore*, juros compostos de TJLP acrescidos de 5% (cinco por cento) ao ano a título de SPREAD, reduzidos por EQUALIZAÇÃO equivalente a 5% (cinco por cento) ao ano. O principal da dívida decorrente deste Contrato deve ser pago à FINEP em 97 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas. Durante o período de carência de 48 meses, que abrange o período compreendido entre a data da assinatura do Contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, serão cobrados os encargos acima referido. O montante de juros serão apurados e exigidos mensalmente, durante o prazo de carência, vencendo todo dia 15. Durante o período de amortização, o montante de juros acima referido, será exigido juntamente com as prestações do principal e no vencimento ou na liquidação do contrato.

Da disponibilidade dos Recursos

Foram cumpridas todas as condições precedentes, listadas abaixo, que permitem que as liberações ocorram. As liberações serão efetuadas no decorrer do investimento do projeto.

- a) comprovação de realização de aumento do Capital Social da BENEFICIÁRIA, no montante mínimo de R\$ 133.000;
- b) apresentação do Contrato de Suporte de Acionistas para Cobertura de Insuficiências e outras Avenças, nos termos da minuta aprovada pela Diretoria do BNDES, celebrado entre os sócios integrantes do bloco de controle da Biommm e o BNDES, a FINEP e o BDMG, revestido das formalidades legais, devidamente registrado nos órgãos competentes;
- c) apresentação do Aditivo nº 01 a este Contrato, celebrado entre a Biommm, o BNDES, a FINEP e o BDMG, com a finalidade de constituir hipoteca e propriedade fiduciária conjuntas em favor dos três últimos sobre o terreno adquirido para a construção da unidade fabril em Nova Lima, e sobre os equipamentos a serem adquiridos com recursos do projeto de que trata a Cláusula Primeira, revestido das formalidades legais e após as seguintes providências:
 - (i) registro no cartório de Registro de Imóveis da Comarca da situação do imóvel acima referido;
 - (ii) averbação nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos nos quais tenha sido registrado este Contrato;

14. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31.12.13</u>	<u>31.12.12</u>
Salários e encargos	158	642
Provisão de férias e 13º salário	300	301
	<u>458</u>	<u>943</u>

Houve uma variação dos salários e encargos pagos em decorrência da antecipação do pagamento de salários devido a férias coletivas em dezembro de 2013 (salários pagos dentro do próprio mês).

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

- (a) Em 31 de dezembro de 2013, os saldos decorrentes das transações entre partes relacionadas.

	Controladora	
	<u>31.12.13</u>	<u>31.12.12</u>
Ativo		
Partes relacionadas - Contas a receber (Biommm International)*	664	331
Passivo		
Partes relacionadas - Gabas Holding/BIOMM International**	17.177	15.310
Receita de venda	254	-
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.13</u>	<u>31.12.12</u>
Passivo		
Empréstimos de partes relacionadas		
Gabas Holding**	13.772	12.015

* O saldo a receber em 31 de dezembro de 2013, na controladora, refere-se à prestação de serviço da controladora para sua controlada direta, Biommm International. Esse saldo é mantido em dólares norte-americanos e não possui provisões para perdas.

** Os empréstimos junto a Gabas Holding referem-se aos aportes efetuados por esse acionista em nome da Biommm Middle East, no momento da subscrição das ações da empresa, na Arábia Saudita e serão liquidados, através de integralização de capital na Joint Venture. Tal empréstimo é sem juros e está sujeito à variação cambial do dólar norte americano.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	<u>31.12.13</u>	<u>31.12.12</u>
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	1.594	1.111
Outros benefícios de longo prazo	38	33
	<u>1.632</u>	<u>1.144</u>

Foi aprovada, através da Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 29 de abril de 2013, para a Diretoria da Companhia a verba global no valor de até R\$1.800, a título de remuneração, sendo que a remuneração individual de cada membro será fixada pelo Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração não receberam remuneração em 2013.

16. PROVISÃO PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não possuía causas cíveis, tributárias ou trabalhistas, que deveriam ser provisionadas, bem como causas cujo prognóstico de perda fosse considerável possível e que deveriam ser divulgadas.

17. PLANO DE PENSÃO

Em agosto de 2007, foi implementado um Plano de Previdência Complementar do tipo PGBL - Plano Gerador de Benefícios Livres, com benefício de contribuição definida. As principais características deste plano são:

- (a) Fundo de contribuição definida: o participante terá ao final do plano o somatório dos recursos aportados pela Companhia e pelo participante e os rendimentos do plano ao longo do período de participação.
- (b) Contribuição normal da patrocinadora: a Companhia contribuirá em até 3,175% do salário nominal do participante, limitado a 2 salários mínimos e à contribuição normal do participante.
- (c) Contribuição especial da patrocinadora: a Companhia contribuirá adicionalmente com 1,825% do salário nominal do participante, sem limitação.
- (d) A Companhia arcará com as taxas de administração do plano e com as despesas bancárias.
- (e) O benefício será concedido desde que observados os seguintes pré-requisitos: idade mínima de 60 anos; estar aposentado pela previdência oficial; tempo mínimo de contribuição ao plano de previdência privada de 5 anos.

Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia incorreu em R\$130 (R\$71 em dezembro de 2012) com despesas de contribuição nos planos de pensão.

18. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro contratadas com uma das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguro são:

	Controladora	
	31.12.13	31.12.12
Responsabilidade Civil Executivos	25.000	-
Incêndio, explosões e fenômenos da natureza	2.965	2.965
Riscos diversos e recomposição de documentos	150	50

19. PREJUÍZOS FISCAIS A COMPENSAR (CONTROLADORA)

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, no montante de R\$ 52.796 (31 de dezembro de 2012 - R\$35.985). O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre tais valores não estão registrados contabilmente devido à inexistência de histórico de rentabilidade nas operações sociais.

20. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social está representado por 29.890 mil ações, sendo todas ordinárias, escriturais e sem valor nominal, no valor total de R\$ 157.776 (17.339 mil ações, sendo 7.543 mil ordinárias e 9.796 mil preferenciais, totalizando R\$13.050 em 2012).

Em 31 de dezembro de 2013, o quadro de acionistas da Companhia estava sofrendo alterações devido ao processo de capitalização iniciado no mês em questão. No dia 30 de janeiro de 2014, foi homologado o aumento de capital sendo confirmado o quadro de acionistas da Companhia. Os principais acionistas da Companhia são o Grupo TMG (i.e., IBR e outros) (21,66% das ações), Grupo Mares Guia (17,61% das ações), Grupo Emrich (9,93% das ações), BNDESPAR (13,99% das ações), BDMGTEC (8,13% das ações), FAMA Investimentos (4,83% das ações), Grupo Gaetani (5,34% das ações), os acionistas remanescentes somam 18,51% das ações.

Reserva de capital

O valor da reserva é, basicamente, decorrente da subscrição com ágio, ocorrida em 2009.

Dividendos

Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, calculado nos termos da legislação societária.

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
				Reapresentado
Gasto com pessoal	(4.205)	(3.091)	(4.205)	(3.091)
Depreciação	(216)	(133)	(216)	(133)
Serviços de terceiros	(3.909)	(2.866)	(4.113)	(3.155)
Gastos de infra estrutura	(284)	(236)	(284)	(236)
Gastos com manutenção	(164)	(83)	(164)	(83)
Despesas com viagens	(388)	(380)	(388)	(380)
Taxas Tributárias	(1.271)	(226)	(1.271)	(226)
Outras despesas administrativas	(671)	(627)	(717)	(634)
	<u>(11.108)</u>	<u>(7.642)</u>	<u>(11.358)</u>	<u>(7.938)</u>
Representado por:				
Despesas gerais e administrativas	(9.837)	(7.416)	(10.087)	(7.712)
Outras despesas	(1.271)	(226)	(1.271)	(226)
Total	<u>(11.108)</u>	<u>(7.642)</u>	<u>(11.358)</u>	<u>(7.938)</u>

O incremento no valor das despesas administrativas se deve principalmente aos gastos com pessoal (contratação de diretores, pessoal administrativo e pesquisadores).

22. RECEITA E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
				Reapresentado
<u>Receita financeira</u>				
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	258	87	258	87
Descontos e atualização de tributos a recuperar	16	11	16	11
Variação cambial	2.345	634	2.345	634
	<u>2.619</u>	<u>732</u>	<u>2.619</u>	<u>732</u>
	Controladora		Consolidado	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
				Reapresentado
<u>Despesa financeira</u>				
Empréstimos	(1.395)	(807)	(1.395)	(820)
Juros passivos	(112)	(413)	(112)	(413)
Multa por atraso de pagamento	(9)	(31)	(9)	(31)
Tarifas bancárias	(28)	(74)	(28)	(79)
Variação Cambial	(3.792)	(1.772)	(3.618)	(1.693)
	<u>(5.336)</u>	<u>(3.097)</u>	<u>(5.162)</u>	<u>(3.036)</u>
Resultado financeiro	<u>(2.717)</u>	<u>(2.365)</u>	<u>(2.543)</u>	<u>(2.304)</u>

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

(a) Básico

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações

ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>31.12.13</u>		
	<u>Ordinárias</u>		
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	17.889		
Prejuízo atribuível	<u>(10.059)</u>		
Prejuízo básico por ação	<u>(0,56)</u>		
	<u>31.12.12</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	7.543	9.796	17.339
Prejuízo atribuível	<u>(6.151)</u>	<u>(7.989)</u>	<u>(14.140)</u>
Prejuízo básico por ação	<u>(0,82)</u>	<u>(0,82)</u>	<u>(0,82)</u>

(b) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações, ou qualquer outro tipo de instrumento financeiro com potencial diluidor.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Fatores de risco financeiro

A companhia encontra-se em fase pré-operacional.

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, expondo-a a risco de mercado como, taxa de câmbio, taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro da Companhia se concentra em minimizar potenciais efeitos adversos de mercado.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos em nenhum dos períodos apresentados.

(a) **Risco de mercado**

Risco cambial

A exposição cambial da Companhia implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais do real em relação principalmente ao dólar norte-americano e ao euro. Os compromissos futuros da Companhia em moeda estrangeira incluem pagamentos a fornecedores estrangeiros.

No caso de desvalorização do Real em relação à moedas estrangeiras nas quais os compromissos estão atrelados, a Companhia incorrerá em acréscimo monetário com relação a tais compromissos.

Os riscos cambiais específicos da Companhia estão associados às exposições geradas por seus compromissos assumidos de curto e longo prazos em moeda estrangeira.

A administração da exposição cambial da Companhia considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

A Companhia gerencia risco cambial, sobre sua expectativa de investimentos em moeda estrangeira, dentro de seu plano de investimentos em sua nova unidade industrial, utilizando como instrumento financeiro a expatriação dos recursos para conta corrente no exterior em moeda estrangeira, no montante equivalente a previsão dos compromissos futuros em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro uma parte dos compromissos financeiros da Companhia já contratados, está atrelada ao Dólar, Euro e Rial, totalizando respectivamente nesta data USD 1.468 mil (dólares), € 26 mil (euros) e SAR 22.050 mil (Riais). Os valores correspondentes em Reais, respectivamente eram de R\$ 3.439, R\$ 83 e R\$ 13.772 utilizando a taxa de câmbio de fechamento em 31.12.2013 de 2,3426 (Reais por unidade de Dólar), 3,2265 (Reais por unidade de Euro) e 0,6246 (Reais por unidade de Riais). Adicionalmente, a Companhia possui valores em dólares e euros, pois mantém recursos em conta corrente no exterior.

Considerando eventuais exposições cambiais, o cenário I abaixo apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do Dólar, Euro e Rial. Com todas as outras variáveis mantidas constantes estão demonstrados no cenário II e no cenário III os impactos, para os próximos 12 meses, de uma possível desvalorização do Real em 25% e 50%, respectivamente.

	Controladora			
	31.12.13		31.12.12	
	Moeda		Moeda	
	Estrangeira	Reais	Estrangeira	Reais
Depósitos bancários US\$	10.000	23.420	-	-
Compromissos em US\$	(1.468)	(3.439)	(1.613)	(3.295)
Caixa Líquido em US\$	8.532	19.981	(1.613)	(3.295)
Depósitos bancários EUR	15.000	48.378	-	-
Compromissos em EUR	(26)	(83)	-	-
Caixa Líquido em EUR	14.974	48.295	-	-
Compromissos em Rial	(22.050)	(13.772)	(22.050)	(12.015)
	Consolidado			
	31.12.13		31.12.12	
	Moeda		Moeda	
	Estrangeira	Reais	Estrangeira	Reais
Depósitos bancários US\$	10.809	25.315	-	-
Compromissos em US\$	(584)	(1.369)	(570)	(1.164)
Caixa Líquido em US\$	10.225	23.946	(570)	(1.164)
Depósitos bancários EUR	15.000	48.378	-	-
Compromissos em EUR	(26)	(83)	-	-
Caixa Líquido em EUR	14.974	48.295	-	-
Compromissos em Rial	(22.050)	(13.772)	(22.050)	(12.015)

	Controladora		
	Cenário I (Provável)	Cenário II (-25%) *	Cenário III (- 50%) *
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2013 em US\$ - Análise exposição para os próximos 12 meses	8.532	8.532	8.532
Taxa em US\$ em 31.12.13	2,3426	2,3426	2,3426
Taxa cambial estimada conforme cenários	2,4800 (i)	1,8600	1,2400
Diferenças entre taxas	0,1374	(0,4826)	(1,1026)
Impacto em Reais	1.172	(4.118)	(9.407)
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2013 em € - Análise exposição para os próximos 12 meses	14.974	14.974	14.974
Taxa em € em 31.12.13	3,2265	3,2265	3,2265
Taxa cambial estimada conforme cenários	3,4218 (i)	2,5664	1,7109
Diferenças entre taxas	0,1953	(0,6601)	(1,5156)
Impacto em Reais	2.924	(9.884)	(22.695)
	Controladora		
	Cenário I (Provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2013 (Passiva) em SAR - Análise exposição para os próximos 12 meses	22.050	22.050	22.050
Taxa em SAR em 31.12.13	0,6246	0,6246	0,6246
Taxa cambial estimada conforme cenários	0,6246 (ii)	0,78075	0,9369
Diferenças entre taxas	-	(0,1562)	(0,3123)
Impacto em Reais	-	(3.443)	(6.886)

- (i) Para o cenário em US\$ e € foi considerada a taxa estimada para o ultimo dia de 2014, conforme Bovespa.
- (ii) Para o cenário em SAR foi considerada a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2013, conforme Banco Central do Brasil.

	Consolidado		
	Cenário I (Provável)	Cenário II (- 25%) *	Cenário III (- 50%) *
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2013 em US\$ - Análise exposição para os próximos 12 meses	10.225	10.225	10.225
Taxa em US\$ em 31.12.13	2,3426	2,3426	2,3426
Taxa cambial estimada conforme cenários	2,4800 (i)	1,8600	1,2400
Diferenças entre taxas	0,1374	(0,4826)	(1,1026)
Impacto em Reais	1.405	(4.935)	(11.274)

Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2013 em € - Análise exposição para os próximos 12 meses	14.974	14.974	14.974
Taxa em € em 31.12.13	3,2265	3,2265	3,2265
Taxa cambial estimada conforme cenários	3,4218 (i)	2,5664	1,7109
Diferenças entre taxas	0,1953	(0,6601)	(1,5156)
Impacto em Reais	2.924	(9.884)	(22.695)

	Consolidado		
	Cenário I (Provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2013 (Passiva) em SAR - Análise exposição para os próximos 12 meses	22.050	22.050	22.050
Taxa em SAR em 31.12.13	0,6246	0,6246	0,6246
Taxa cambial estimada conforme cenários	0,6246 (ii)	0,78075	0,9369
Diferenças entre taxas	-	(0,1562)	(0,3123)
Impacto em Reais	-	(3.443)	(6.886)

(i) Para o cenário em US\$ e € foi considerada a taxa estimada para o ultimo dia de 2014, conforme Bovespa.

(ii) Para o cenário em SAR foi considerada a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2013, conforme Banco Central do Brasil.

* Consideramos os cenários negativos de variação cambial do Real para Dólar e Euro em função de em 31 de dezembro de 2013 a Companhia apresentar um caixa líquido positivo nestas moedas.

Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A dívida financeira da companhia em 31 de dezembro de 2013 é pré-fixada, e não está atrelada ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

A Companhia apresenta atrelado ao CDI, apenas as aplicações financeiras locais. A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar o saldo do ativo financeiro, calculados a uma taxa projetada, considerando um cenário provável (Cenário I), com a desvalorização de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Indicadores	Exposição 31.12.13	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativo				
Selic	18.355	10,00%(*)	7,50%	5,00%
Receita financeira a incorrer		1.835	1.377	918

(*) Fonte dos índices: Relatório Focus – BACEN de 27/12/2013

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras e saldos com partes relacionadas. A Companhia aplica seus recursos junto a instituições financeiras avaliadas como primeira linha.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras e saldos com partes relacionadas na data do balanço. Notas 6, 7 e 15.

(c) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas e investimentos, bem como o pagamento das dívidas.

Os recursos mantidos pela Companhia são investidos em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos e financiamentos e fornecedores são substancialmente de curto prazo e a Companhia possui caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários no exterior superiores aos valores das obrigações registradas, conforme apresentado abaixo:

Dívida Líquida	31.12.13
Numerários	15
Depósitos bancários Local	18.770
Depósitos bancários Exterior	71.798
Empréstimos	(1.851)
Fornecedores	(8.260)
Total Caixa Disponível	80.472

25. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA

A Companhia realizou a seguinte atividade operacional, de investimento não envolvendo caixa, portanto, essa não está refletida na demonstração de fluxos de caixa:

	31.12.13
Adição ao intangível com contra partida nos fornecedores e impostos a recolher	306
	306

26. NOTA DE COMPROMISSO

A implantação da nova fábrica da Biommm em Nova Lima - MG envolve a aquisição de máquinas e equipamentos, construções, instalações eletromecânicas, e serviços especializados que farão parte do ativo imobilizado e intangível da Companhia. Com o crescimento das operações, a Companhia terá como meta a implantação de novos controles e processos que visam mitigar os riscos inerentes ao negócio.

Entre estes serviços contratados e em execução, citamos:

- a) Serviços Regulatórios - Para que o produto da fábrica seja comercializado é necessária à geração de uma série de informações sobre o mesmo. Estes serviços incluem a produção em uma CMO - (Contract Manufacturer Organization) de amostras em condições de Boas Práticas de Fabricação para serem usadas em testes pré-clínicos e clínicos. Estas informações são submetidas posteriormente à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, responsável pela emissão do registro do medicamento,

condição necessária para a sua comercialização no valor remanescente a ser pago de EUR 1.300 mil com vencimentos até dezembro de 2014. O valor total do contrato é de EUR 4.500 mil.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Referente ao processo de capitalização, a subscrição e integralização parcial das sobras de ações não subscritas no referido prazo para exercício do direito de preferência, foram emitidas ações ordinárias no montante de 937.412 (novecentas e trinta e sete mil quatrocentas e doze), escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$11,53 (onze reais e cinquenta e três centavos) por ação, totalizando R\$10.808, durante o prazo para a subscrição de sobras, que se iniciou em 31 de dezembro de 2013, inclusive, e se encerrou no dia 4 de janeiro de 2014, inclusive, e o decurso do período de retratação concedido aos subscritores no âmbito do Aumento de Capital, entre o dia 10 de janeiro de 2014, inclusive, e o dia 20 de janeiro de 2014, inclusive, sem qualquer exercício do direito de retratação pelos subscritores, o volume total das subscrições foi finalizado em R\$155.522.

No mês de Janeiro/14 a Companhia recebeu as primeiras liberações dos empréstimos contratados em 19 de setembro de 2013. Foi liberado o valor de R\$ 23.000 pelo BNDES, restando ainda um saldo a ser liberado no valor de R\$ 52.557, o que se dará ao longo de 2014 e 2015 conforme as necessidades de caixa para fazer frente ao andamento do projeto.

A Companhia recebeu em janeiro de 2014 a primeira liberação no valor de R\$ 8.000 referente ao contrato de empréstimo junto ao BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), restando ainda um saldo a ser liberado no valor de R\$ 18.103 ao longo de 2014 e 2015.

No dia 14 de março de 2014, foi liberada uma das parcelas referentes aos contratos de dívida junto à FINEP. O valor liberado foi de R\$ 14.709.

Até a data da elaboração deste relatório não foram recebidos os recursos decorrentes da FAPEMIG, que corresponde ao valor de R\$ 10.000. A Companhia prevê receber a primeira liberação da FAPEMIG em Abril/2014.

Com a implantação do projeto da construção da Fábrica de Nova Lima, a companhia em fevereiro de 2014 buscou reforços no mercado para estruturar a administração da companhia, com o objetivo de fazer frente aos novos desafios. Neste aspecto, foi criado o novo comitê de estratégia. Os membros deste comitê fazem parte do conselho de administração que tomou posse em 16 de Novembro de 2013.

28. OUTROS ASSUNTOS

Medida Provisória 627 e Instrução Normativa 1397

A Administração da Companhia e os consultores jurídicos externos contratados efetuaram uma avaliação preliminar das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11/11/2013 ("MP 627") e Instrução Normativa 1397 de 16/09/2013, alterada pela IN 1422 de 19/12/2013 ("IN 1397"), bem como vem acompanhando as emendas apresentadas ao texto até sua conversão em Lei, e os respectivos efeitos sobre a Companhia.

Dessa forma, as alterações tributárias estão sendo avaliadas e a Companhia aguardará a conversão em Lei para aferição final dos impactos, se houver, em suas demonstrações, bem como sobre a decisão da opção

antecipada a partir do ano calendário de 2014, entretanto, com base nesta avaliação preliminar, nenhum efeito relevante é esperado sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Conselho de Administração

Guilherme Caldas Emrich

Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto

Luiz Francisco Novelli Viana

Pedro Paulo Teixeira

Leandro Alberto Torres Ravache

Julio Onofre Mendes de Oliveira

Ítalo Aurélio Gaetani

Diretoria

Francisco Carlos Marques de Freitas

Sergio Figueiredo

Luciano Vilela

Responsável técnico

Gizele Martins Ramos

Contadora CRC-MG - 066291/O